

INFORMATIVO - DIREITO DIGITAL

# BOLETIM DIGITAL



4ª EDIÇÃO

*Notícias desta edição* [➤](#)

**ALMEIDA**  
ADVOGADOS

Este é o informativo preparado pela nossa área de Direito Digital com o objetivo de concentrar as principais notícias e mais relevantes discussões sobre os temas do mundo digital. Boa leitura!



## **IMPACTOS DO APAGÃO CIBERNÉTICO DEMANDAM ATENÇÃO DAS EMPRESAS**

Os reflexos do apagão cibernético ocorrido em 19 de junho, que afetou serviços essenciais como bancos, hospitais, aeroportos e operadoras de TV em todo o mundo, exigem atenção das empresas que possam ter sido afetadas e a implementação de medidas em resposta ao incidente de indisponibilidade.

## **AUMENTO DE TENTATIVAS DE PHISHING UTILIZANDO O APAGÃO CIBERNÉTICO DE JUNHO COLOCAM EM RISCO DADOS PESSOAIS E EMPRESARIAIS**

A CISA (Agência de Defesa Cibernética) dos Estados Unidos alertou sobre o risco de roubo de dados após o incidente que causou o apagão cibernético global do dia 19 de junho. A agência identificou diversas tentativas de phishing pelo envio de e-mails maliciosos para empresas citando o incidente cibernético.

## **METADE DE FUNCIONÁRIOS NÃO SE SENTEM CONFORTÁVEIS EM COMUNICAR SEUS ERROS COM IMPACTO NA SEGURANÇA CIBERNÉTICA**

Um estudo publicado por uma empresa especialista em conscientização de segurança identificou que metade dos entrevistados não se sentem seguros em informar à administração seus erros com impacto na segurança cibernética. A criação e implementação de planos de resposta a incidentes, além de treinamentos regulares sobre segurança cibernética, são vistos como medidas mínimas para que os funcionários se sintam confiantes nas medidas que devem ser tomadas em situações que impactem a segurança cibernética.

## **VAZAMENTO DE MAIS DE 10 BILHÕES DE SENHAS PODE SER O MAIOR DA HISTÓRIA**

Vazamento de mais de 10 bilhões de senhas, publicadas por um único hacker em fórum no dia 4 de julho, pode ser o maior vazamento da história. Segundo o MIT, o número de ocorrências e vazamentos de dados está em seu maior número na história, justificando um maior investimento das empresas em segurança cibernética, estimado em US\$ 215 bi para 2024.

## **REGULAMENTO DE IA DA CALIFÓRNIA PREOCUPA BIG TECHS**

Projeto de lei SB 1047, que visa regulamentar o uso de Inteligência Artificial na Califórnia, preocupa Big Techs diante das obrigações impostas, como a exigência de testes de segurança em treinamentos de inteligência artificial generativa, e responsabilização em caso de incidentes com vítimas em massa ou que causem mais 500 milhões de dólares em danos em um só incidente.

## **INCIDENTE EM SISTEMAS DO GOVERNO DEMANDA ATENÇÃO DE EMPRESAS**

Incidente de segurança cibernética que afetou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e algumas funcionalidades do Processo Eletrônico Nacional (PEN), impactou andamento de processos essenciais para a operação de órgãos governamentais. O incidente exige atenção das empresas que utilizem os sistemas, inclusive quanto à tramitação de seus processos administrativos e documentos disponibilizados nas plataformas.

## **PLANO BRASILEIRO DE IA TERÁ SUPERCOMPUTADOR E INVESTIMENTO DE R\$ 23 BILHÕES EM QUATRO ANOS**

Lançado durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) prevê altos investimentos e cria oportunidades para desenvolverem projetos em parceria com o poder público. Dentre o investimento total de R\$ 23,03 bilhões até o ano de 2028 estão previstos R\$ 435 milhões em Ações de Impacto Imediato, R\$ 5,79 bilhões em Infraestrutura e Desenvolvimento de IA, R\$ 1,15 bilhão em Difusão, Formação e Capacitação em IA, R\$ 1,76 bilhão em IA para Melhoria dos Serviços Públicos, R\$ 13,79 bilhões em IA para Inovação Empresarial, R\$ 103,25 milhões em Apoio ao Processo Regulatório e de Governança da IA.

## RADAR REGULATÓRIO

### **ANPD REJEITA RECURSO E INSS TERÁ QUE PUBLICIZAR INFRAÇÃO À LGPD**

Na sua primeira análise de um caso em segunda instância, a ANPD decidiu rejeitar o recurso do INSS e manter a sanção à instituição. A decisão exige que o INSS dê publicidade a um incidente de segurança, já que a autarquia se recusou a comunicar aos titulares sobre a violação envolvendo seus dados pessoais, obrigação esta inclusive regulamentada recentemente pelo órgão que estabeleceu prazo de 3 dias para ocorrer.

### **NOVO PRAZO PARA A TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA PROJETO REGULATÓRIO SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

A ANPD prorrogou a Tomada de Subsídios para projeto regulatório sobre crianças e adolescentes até o dia 16 de agosto. Entre os principais pontos de discussão estão (i) a necessidade de uma análise concreta para definir qual seria o melhor interesse da criança e do adolescente no tratamento de seus dados pessoais, (ii) os desafios na utilização do consentimento como base legal para o tratamento de seus dados, (iii) a proteção de dados pessoais de crianças e de adolescentes que utilizem jogos digitais, e (iv) as aplicações de internet, e outras questões relacionadas ao tratamento de dados das crianças e adolescentes.

### **ANPD PUBLICA NOVA RESOLUÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO ENCARREGADO (DPO)**

A ANPD publicou a nova Resolução CD/ANPD nº 18, que aprova o Regulamento sobre a atuação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais. Boas práticas, anteriormente recomendadas para o DPO, agora são regulamentadas, incluindo a proibição do acúmulo de funções e obrigação de declarar situações que possam gerar conflitos de interesse, requisitos de qualificação profissional e de capacidade de se comunicar em português de forma clara e precisa com os titulares e com a ANPD, publicação do nome do responsável em site e formalização da nomeação, inclusive em casos de ausência, são alguns dos principais pontos regulamentados.

## RADAR LEGISLATIVO

### PL 2869/2024

Institui a proibição da divulgação, promoção e incentivo de jogos perigosos e de vício em jogos eletrônicos e de azar por influenciadores digitais, figuras públicas ou qualquer pessoa, visando proteger a população dos riscos associados a essas atividades.

### PL 2850/2024

Oferece incentivos fiscais para entidades privadas que compartilhem imagens de câmeras de segurança com os sistemas públicos de monitoramento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, criando a Rede de Segurança Integrada.

### PL 1809/2023

Altera a Lei 8.080/1990 – que criou o SUS e a Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet, para dispor sobre o combate à divulgação de mentiras (fake news) que ponham em risco a saúde da população.

### PL 778/2024

Institui campanha permanente de combate à cultura dos desafios online, que coloquem em risco a integridade física e mental das crianças e adolescentes.

### PL 702/2024

Altera a Lei 13.146/2015 – Lei da Inclusão, para dispor sobre o direito de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial.

### AA nas redes sociais

Siga nosso perfil para **receber atualizações exclusivas** e conteúdo jurídico especializado em Direito Digital!



**Márcio Chaves**  
Sócio

[mmchaves@almeidalaw.com.br](mailto:mmchaves@almeidalaw.com.br)  
+55 (11) 2714 6900 | 9828